RESSIGNIFICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL A BUSCA POR UMA JURISDIÇÃO EFETIVA POR MEIO DE ATO CONCERTANTE PARA ORGANIZAR DEMANDAS DECORRENTES DA COVID-19

**Camilo Jreige¹
Davi da Silva Filho²**

Sumário

Introdução; 1 A construção de uma Jurisdição eficiente e cooperativa; 1.1 Entendimento clássico: rigidez normativa contra o autoritarismo; 1.2 Insuficiência do clássico: esvaziamento do conteúdo do princípio do juiz natural, crise institucional e desdobramentos normativos na contramão tradicional; 1.3 Eficiência e adequação: a mudança de critério para fixação do juízo competente; 1.4 Cooperação como dever de colaboração entre os órgãos do Poder Judiciário para eficiência na prestação da tutela jurisdicional; 1.5 Conclusão parcial; 2 Cooperação Judiciária Nacional como instrumento de flexibilização da competência; 2.1 Considerações iniciais; 2.2 Cooperação judiciária nacional: uma caixa de ferramentas para facilitar a comunicação entre os órgãos do Poder Judiciário; 2.3 Cooperação judiciária nacional: a possibilidade de concertação entre juízes cooperantes para modificação da competência, nos moldes do art. 69, §2º, VI, do CPC; 3. Formas de flexibilização da competência por meio da Cooperação Judiciária Nacional; 3.1. Ato concertado entre juízes cooperantes para concentrar demandas semelhantes num só juízo; 3.2. Ato concertado entre juízes cooperantes para que a decisão do juízo definido vincule a todos os outros; 4. Cooperação Judiciária Nacional como instrumento para agregação de demandas decorrentes da crise de saúde causada pela Covid-19; Conclusão; Referências.

INTRODUÇÃO

A jurisdição estatal tem por finalidade precípua a composição de conflitos jurídicos decorrentes da vida em comunidade. Contudo, o volume massivo de processos pendentes de resolução revela que os instrumentos tradicionais são insuficientes para que a jurisdição cumpra adequadamente seus escopos jurídico, social e político³.

¹ Acadêmico de Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB).

² Acadêmico de Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP)

³ “Trata-se de instituição humana, imposta pelo Estado, e a sua legitimidade há de estar apoiada não só na capacidade de realizar objetivos, mas no modo como estes são recebidos e sentidos pela sociedade.” DINAMARCO, Cândido Rangel Dinamarco. *A instrumentalidade do Processo*. São Paulo: Malheiros. 14ª ed., 2009, p. 177.

O desenvolvimento de técnicas de resolução de disputas mais eficientes e adequadas deve levar em conta repensar as formas de distribuição de processos, ou seja, importa redimensionar o sistema de competências.

Nesse contexto, será investigada a necessidade de ressignificação do princípio do juiz natural e a necessidade de direcionar o sistema a partir dos princípios da eficiência e da cooperação, a fim de que a jurisdição avance de maneira efetiva e eficiente rumo ao seu objetivo de tutelar amplamente os direitos de forma satisfatória.

Estabelecida a premissa acima mencionada, será analisada a cooperação judiciária nacional, prevista nos artigos 67 a 69 do Código de Processo Civil, como instrumento hábil a conferir maior eficiência para o desenvolvimento processual.

Será observado se a prática de atos concertantes entre juízos de primeira instância — para modificação de competência, por exemplo — teria viabilidade processual para, em sequência, analisar se traria maior eficiência e segurança jurídica para as demandas.

Para tanto, a primeira parte desenvolveu-se a partir de uma revisão bibliográfica, encampada principalmente pela tese inovadora apresentada por Antonio do Passo Cabral⁴, onde foram expostos os aspectos principiológicos, doutrinários e normativos da questão para, em sequência, analisar a praticidade do que sugerido.

Ato contínuo, de modo a vislumbrar a viabilidade do que se assentou ao longo da pesquisa, a parte final dedicou-se a apresentar como a prática de atos concertados entre juízos, especialmente no que concerne ao ato de modificação de competência, poderia ser aplicada.

Nessa senda, foram analisados alguns casos de destaque do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios — listados no próprio ambiente eletrônico de notícias do TJDF⁵ — para observar a possível aplicação dos já mencionados atos concertados entre juízos de primeira instância.

Por outro lado, destaca-se que a análise jurisprudencial também foi realizada no site do TJDF na aba de pesquisa de jurisprudência, voltando-se, especificamente, para casos relacionados a pedidos de revisão de contrato de aluguel comercial. As demandas

⁴ CABRAL, Antonio do Passo Cabral. *Juiz natural e eficiência processual: flexibilização, delegação e coordenação de competências no processo civil*. Tese apresentada no concurso de provas e títulos para provimento do cargo de Professor Titular. Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: edição do autor, 2017.

⁵ Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa>

foram encontradas a partir de três palavras-chave (contratos; locação; covid-19), sendo todas elas relacionadas a decisões monocráticas do próprio Tribunal. A partir das decisões monocráticas é que foram encontradas as ações originárias que estão em anexo.

Especialmente após um cenário pandêmico gerado pela COVID-19, observou-se que diversas demandas que tratam da mesma situação de fato e de direito foram postas para análise da jurisdição estatal, o que pode demonstrar mais uma evidência de que atos concertados sejam praticados para que a resposta jurisdicional não seja, desde a primeira instância, conflitante ou discrepante entre si.

O estudo visa a investigar a viabilidade, a partir da cooperação judiciária nacional e prática de atos concertados, de tornar o andamento processual mais eficiente e seguro, para, em sequência, observar como tais atos podem se concretizar no cenário litigioso de primeira instância, valendo-se de exemplos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

1. A CONSTRUÇÃO DE UMA JURISDIÇÃO EFICIENTE E COOPERATIVA

1.1. Entendimento clássico: rigidez normativa contra o autoritarismo

Na primavera liberal, objetivando-se conter as influências do monarca no Poder Judiciário, foi desenvolvido mecanismo de atribuição de demandas judiciais que conservasse a independência e a imparcialidade do órgão julgador. O mecanismo pautava-se, basicamente, em dois critérios: a proibição de juízo de exceção (*ad hoc e ad personam*) e a atribuição de competência mediante lei em sentido formal⁶.

No Brasil, o princípio foi incorporado a partir da combinação de duas disposições normativas, que determinam, respectivamente, (i) a proibição do juízo de exceção, prevista no art. 5º, XXXVII; e que (ii) ninguém será julgado senão pelo juízo competente, prevista no art. 5º, LIII, ambas da Constituição Federal⁷.

⁶ SARLET, Ingo Wolfgang. *Curso de Direito Constitucional*/ Ingo Wolfgang, Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero. São Paulo: Saraiva. 7ª ed., 2018, p.825.

⁷ DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual, parte geral e processo de conhecimento*. Salvador: Jus Podivm, 22ª ed., 2020, p. 229.

Do ponto de vista subjetivo, o princípio visa à proteção da independência e da imparcialidade do órgão julgador. Por sua vez, a independência consiste na blindagem institucional, permitindo que o Poder Judiciário elabore a tomada de decisão sem interferências alheias (art. 95 e 99 da CF), de forma que “ainda que o Estado-Administração, como pessoa jurídica, esteja envolvido no litígio, isto não impedirá que o Estado-Juiz, como instituição, fique longe do interesse em conflito”⁸. No caso da imparcialidade relaciona-se à pessoa do juiz, que não deve ter vinculação pessoal com os interesses deduzidos em juízo (art. 95, parágrafo único, da CF; art. 144 e 145 do CPC)⁹.

Do ponto de vista objetivo, as regras de competência devem ser estabelecidas mediante lei em sentido estrito, confundindo-se o juízo natural com o juízo competente¹⁰. É por esse motivo que as regras norteadoras do sistema de competências decorrem diretamente do princípio do juiz natural e a ele estão intrinsecamente ligadas¹¹.

O sistema de competências baseia-se, a partir de tais premissas, na pré-constituição do juízo competente (ou a proibição de constituição do juízo *post factum*) e na inalterabilidade do juízo fixado após a distribuição do processo (ou a *perpetuatio iurisdictionis*)¹². Com isso, determina-se a indisponibilidade do juízo competente, no sentido de impedir rearranjos de competência (*ad hoc* ou *ad personam*), uma vez que a

⁸ JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Jurisdição e Competência*. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG, [S.l.], n. 38, p. 145-182, fev. 2014. ISSN 1984-1841. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1167>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

⁹ “A independência é um ‘statut’ que torna possível a ‘vertu’ imparcialidade. A constituição assegura a independência judicial seja na previsão de *garantias* aos magistrados (art. 95), seja na previsão de *autonomia financeira e orçamentária* do Poder Judiciário (art. 99). [...] A imparcialidade está na ausência de interesse judicial na sorte de qualquer das partes quanto ao resultado.” SARLET, Ingo Wolfgang. *Curso de Direito Constitucional*/Ingo Wolfgang, Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero. São Paulo: Saraiva. 7ª ed., 2018, p.826.

¹⁰ CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Jurisdição e competência*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

¹¹ “Todos os juízes exercem jurisdição, mas exercem numa certa medida, dentro de certos limites. São, pois, competentes somente para processar e julgar determinadas causas. A competência, assim, é a medida da jurisdição, ou ainda, é a jurisdição na medida em que pode e deve ser exercida pelo juiz.” CARNEIRO, Athos Gusmão. *Jurisdição e competência*. 18ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

¹² Como explica Salomão Viana, “ocorridos quaisquer dos fatos especificamente indicados pelo legislador, é produzido o efeito jurídico da identificação do juízo *concretamente* responsável pelo processamento e pelo julgamento da causa. Este será o juízo cuja competência é *fixada*; o juízo cuja jurisdição é ‘perpetuada’. De acordo com o CPC/73, o fato que produz o efeito da fixação da competência é a *propositura da demanda*, enquanto que pelo CPC/2015 é o registro ou a distribuição da petição inicial O que importa, agora, é a conclusão de que, ocorridos quaisquer desses fatos, aplica-se a regra da *perpetuatio iurisdictionis*: estará identificado o juízo concretamente responsável pelo processamento e pelo julgamento da causa, sendo irrelevante a ocorrência de fatos posteriores, com exceção daqueles expressamente indicados pelo próprio legislador”. VIANA, Salomão in WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. *Breves comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: RT, 3ª ed., 2016.

competência deve ser estabelecida mediante normas gerais, abstratas e de natureza cogente, sob pena de invalidade do processo.¹³

Desse modo, pré-definidas as competências em disposição normativa legal, as demandas devem ser distribuídas aleatoriamente entre os juízos competentes e, após a determinação do juízo, impede-se qualquer modificação de competência (estabiliza-se a competência).

Toda construção do princípio do juiz natural tem por finalidade fazer com que a jurisdição responda aos jurisdicionados de forma isonômica, assegurando-os de que as declarações do Poder Judiciário estão seguramente de acordo com o direito (art. 285 do CPC)¹⁴.

1.2. Insuficiência do clássico: esvaziamento do conteúdo do princípio do juiz natural, crise institucional e desdobramentos normativos na contramão tradicional

A construção dogmática clássica faz sentido idealisticamente. No entanto, os juízos competentes não são iguais. Alguns recebem mais recursos (humanos e financeiros) do que outros e, conseqüentemente, têm melhores condições para resolver com melhor aptidão as situações jurídicas complexas que lhes são submetidas. O modelo não leva em consideração esse fato e releva a setorização ou especialização das relações jurídicas. Não é possível afirmar isonomia para os cidadãos quando, embora formalmente competentes, os juízos não são igualmente eficientes.

Nesse contexto, a título de exemplo, analisando o sistema de relatórios estatísticos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e o relatório do Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça, observou-se que:

Nas varas investigadas, os juízes não estão sendo alocados de acordo com o volume de trabalho existente. Ou seja, a Justiça Federal não tem levado em consideração o acervo das varas para definir a quantidade de juízes que cada vara deve ter. Esse não é um resultado esperado, pois é razoável imaginar que onde existe mais trabalho acumulado também

¹³ “O postulado do juiz natural, por encerrar uma expressiva garantia da ordem constitucional, limita, de modo subordinante, os poderes do Estado — que fica, assim, impossibilitado de instituir juízos *ad hoc* ou de criar tribunais de exceção —, ao mesmo tempo em que assegura ao acusado o direito ao processo perante autoridade competente abstratamente designada na forma da lei anterior, vedados em consequência, os juízos *ex post facto*”. BARROSO, Luis Roberto. Constituição da República Federativa do Brasil Anotada. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 35.

¹⁴ VIGORITI, *Garanzie costituzionali del processo civile. Due process of law e art. 24 Costituzione*. Milano, A. Giuffrè, 1970.

deve existir uma força de trabalho correspondente. O volume de trabalho nas varas deveria ser um dos critérios adotados pelos gestores para definir a alocação de juízes¹⁵.

Ainda por que os juízos competentes têm diferenças estruturais, a quantidade de processos distribuídos para cada juízo deveria depender de uma avaliação sobre a capacidade de gestão de cada um deles. A distribuição massiva de demandas a um juízo competente e, no entanto, incapaz de enveredar os devidos esforços para o atendimento de todas as demandas recebidas revela mais uma vez a discrepância do modelo com a realidade¹⁶.

Ademais, na perspectiva do ordenamento jurídico, a distribuição aleatória e massiva de demandas semelhantes para diferentes juízos competentes arrisca a unidade do direito e a uniformidade da interpretação dos fatos, tendo em vista a potencial prolação de decisões contrastantes entre si. Pela via indireta, outra vez, enxerga-se o tratamento desigual inaceitável entre os jurisdicionados¹⁷.

Nos moldes tradicionais, o que se percebe é a distribuição aleatória de demandas semelhantes, sendo possível direcionar um cidadão para o juízo adequado e outro não, arriscando o sistema jurídico a conviver naturalmente com excessiva divergência jurisprudencial. É um dos motivos da situação lotérica da jurisprudência brasileira¹⁸.

¹⁵ GOMES, Adalmir Oliveira e FREITAS, Maria Eduarda Mendonça de. *Correlação entre demanda, quantidade de juízes e desempenho judicial em varas da Justiça Federal no Brasil*. Rev. direito GV [online]. 2017, vol.13, n.2 [citado 2020-07-25], pp.567-585. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180824322017000200567&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 2317-6172. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201722>.

¹⁶ “*Complex litigation*, nos EUA, decisões estruturais, no Brasil, por exemplo, são temas recentes que revelam a ineficácia das técnicas processuais tradicionais perante a complexidade das lides atuais. O passado nos conduziu até aqui não para que os operadores do direito repousassem sobre ele, mas para que possam, com a experiência da tradição, costurar um futuro melhor. Afinal, ‘a inteligência organiza o mundo organizando a si mesma, o conhecimento torna-se atualização dos possíveis ou criação de novos possíveis’, com acerto anotava o saudoso professor André-Jean Arnaud.” DANTAS, Bruno. SANTOS, Caio Victor Ribeiro. *Impactos transnacionais da tutela coletiva norte-americana: como a crise das class actions levou o Brasil a optar pela tutela pluri-individual*. In: MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro; PORTO, José Roberto Mello (Coord). *Incidente de resolução de demandas repetitivas*. 1 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2020.

¹⁷ “O panorama atual é de visível incompatibilidade entre litigiosidade e a capacidade do Poder Judiciário em absorver tal demanda. Mais do que um problema de natureza processual, trata-se de um problema de Estado, que presta jurisdição morosa, descumprindo direito fundamental do cidadão. Trata-se, ainda, de um problema de governo, vez que parte da solução deveria advir de um melhor aparelhamento do Judiciário, em nível federal e especialmente estadual.” TEIXEIRA, Guilherme Puchalski. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: projeções em torno de sua eficiência*. REPRO vol. 251, 2016.

¹⁸ “Esses fatores, somados ao excesso de litigiosidade judicial, deram azo ao surgimento de uma patologia conhecida como jurisprudência lotérica, cuja ideia advém do fato de a mesma questão jurídica ser julgada por duas ou mais maneiras diferentes, de forma a substituir a razão pela sorte que há de ter de ver a causa ser submetida a determinado juiz, que tenha entendimento favorável à matéria jurídica envolvida e, assim,

Claro que não passaram despercebidas as limitações do sistema. Desenvolveu-se uma série de exceções ao princípio do juiz natural e ao sistema de competências. É possível avaliar instrumentos que excepcionam o referido princípio ao modificar a competência de forma casuísta e discricionária, como, por exemplo, federalização de casos (art. 109, V-A, CF/1988), incidente de assunção de competência (Art. 947 do CPC), julgamento de casos repetitivos (art. 928 do CPC), foro de eleição (art. 63 do CPC), não alegação de incompetência relativa (art. 306 do CPC), ato concertado entre juízes cooperantes (art. 69, §2º, do CPC)¹⁹.

Diante de novas técnicas de gestão de processos, observa-se evidente que o modelo proposto ao princípio do juízo natural, do ponto de vista objetivo, não se adequa à realidade. Após a distribuição e estabilização das demandas, há diversas hipóteses que contornam a regra para deslocar as demandas fisicamente ou não. Além do mais, se antes se falava em indisponibilidade do juízo competente, atualmente, observa-se a possibilidade de definir o juízo de forma casuísta ou discricionária, fugindo à ideia de definição de competência mediante normas gerais e abstratas pré-definidas pormenorizadamente.

Portanto, o princípio do juiz natural e o sistema de competências tradicionais têm se desconstruído à medida que a realidade demanda novas técnicas de gestão processual. No entanto, a ideia fundamental que envolve o princípio não merece ser esquecida: a imparcialidade e a independência do Poder Judiciário são características que persistem almejadas, a fim de que os cidadãos sejam tratados isonomicamente. Portanto, embora a expressão prática do princípio tenha se desconstruído, nada impede a construção de novas práticas para promover o estado ideal pretendido.

1.3. Eficiência e adequação: a mudança de critério para fixação do juízo competente

O sistema de competências tem se modificado, com razão, por causa da quantidade expressiva de demandas que dependem de prestação jurisdicional. Com efeito,

proporcionar-lhe a prestação de tutela jurisdicional favorável.” NUNES, Gustavo Henrique Schneider. *Precedentes judiciais vinculantes no novo código de processo civil*. Revista dos Tribunais, vol. 970, 2016.

¹⁹ CABRAL, Antônio do Passo Cabral. *Juiz natural e eficiência processual: flexibilização, delegação e coordenação de competências no processo civil*. Tese apresentada no concurso de provas e títulos para provimento do cargo de Professor Titular. Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: edição do autor, 2017.

o Conselho Nacional de Justiça celebrou a redução de 1,9% no total de casos ingressados no Poder Judiciário, no entanto, vale lembrar que ainda são 78.691.031 processos pendentes de julgamento²⁰. Nesses moldes, persiste essencial encontrar meios de corresponder à necessidade dos jurisdicionados de forma eficiente.

É relevante sublinhar, também, senão principalmente, que o sistema jurídico enfrenta problemas complexos e muitas vezes específicos, os quais dependem de especialização para alcançar a melhor resposta jurídica. Ao compreender a escassez de recursos (humanos e financeiros), justifica-se a busca pela sua alocação ótima – o que se perfaz a partir de uma gestão processual eficiente, flexível e adaptável às necessidades da organização judiciária²¹.

Além de uma perspectiva de gestão, só pode-se pensar em segurança jurídica se, de um lado, garantir-se que o direito material será tempestivamente tutelado pelo processo e se, de outro lado, no processo resguardarem-se os direitos fundamentais dos jurisdicionados, como, por exemplo, o amplo direito de defesa. Tais circunstâncias se perfazem adequadamente caso se estabeleça uma comunicação clara entre juiz e partes, evoluindo o procedimento do abstrato para o concreto, adaptando-o à realidade.

Nesses moldes, sob uma perspectiva holística de segurança jurídica, ensina Paulo Mendes de Oliveira que

[...] diante da ineficiência da rigidez procedimento para a adequada tutela das mais diversas situações materiais que podem surgir e da evolução dos ideais democráticos a exigirem uma maior participação dos cidadãos no exercício do poder estatal, a conformação processual, que densifica o ideal de segurança processual no Estado Constitucional, caminha no sentido de um procedimento adaptável, sujeito a definições pelo juiz e/ou pelas partes à luz das circunstâncias dos casos concretos, com especial respeito ao direito de participação dos jurisdicionados na definição dos rumos do processo²².

²⁰ Justiça em Números 2019/Conselho Nacional de Justiça - Brasília: CNJ, 2019.

²¹ “As provocações denotam que a atual autonomia do direito processual civil deve ser lida com tonalidades suaves. Isso porque, se em outra ocasião seria comum que questões dessa natureza fossem atribuídas à sociologia do direito ou à teoria do Estado, o seu presente estágio recomenda que o processo tome esse trabalho para si. Apenas dessa forma é possível evitar que suas estruturas se assemelhem a um projeto arquitetônico encantador no papel, mas impraticável e repleto de pontos-cegos.” OSNA, Gustavo. *Do “ceticismo moderado” ao “panprocessualismo”: atando as pontas por um processo real*. Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Direito das Relações Sociais no Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

²² OLIVEIRA, Paulo Mendes de. *Segurança jurídica e processo: Da rigidez à flexibilização processual*. São Paulo: Thomsom Reuters Brasil, 2018, p. 175.

Nesse contexto, para que não haja dúvida sobre a possibilidade de voltar-se para eficiência e para flexibilização das formas, o Código de Processo Civil expressamente prevê a eficiência (art. 8º). Ademais disso, faz referência à flexibilização e à adaptação das formas (p. ex. art. 190; art. 139, VI;), a fim de que se alcance a prestação jurisdicional pretendida (art. 4º), permitindo-se avaliar todo ato processual como válido, mesmo que destoando a descrição normativa (art. 188).

No caso do sistema de competências, quanto à agregação de demandas, não faz sentido atrelar-se à regra estanque da prevenção se o objetivo do procedimento for alcançar a tutela jurisdicional de forma tempestiva, adequada e efetiva. Como já demonstrado, os juízos são diferentes e, por óbvio, a partir do teste comparativo, observar-se-ia que uns são mais eficientes do que outros para, por exemplo, gerir demandas em massa. Por esse motivo, revela-se evidente que a necessidade de redimensionar o sistema de competências não deve se apegar ao critério de juízo preventivo, mas ao critério de juízo mais eficiente²³.

Refere-se à eficiência não apenas como economia processual, ou seja, não se trata apenas de uma forma de reduzir custos e tornar célere o procedimento. Entende-se que a eficiência, além de racionalizar recursos, tem por objetivo maximizar resultados, no sentido de buscar pela prestação jurisdicional mais adequada. Essas considerações equivalem à busca de um sentido ao princípio do juiz natural que revele eficiência no manejo dos processos judiciais, a fim de que as decisões sejam melhores quantitativa e qualitativamente²⁴.

²³ “A solução para os conflitos de competência que poderão surgir da aplicação dessas hipóteses não está posta no Código. Talvez porque, de fato, não se pensou em práticas pré-determinadas, oferecendo o legislador um espaço de liberdade para uma atuação adequada dos sujeitos processuais sob o ponto de vista da efetividade do processo e da eficiência da Jurisdição. À efetividade dessas medidas, porém, seria fundamental a previsão de uma maior flexibilidade nas regras de competência. Afinal, havendo a necessidade de reunião de demandas, será mesmo que a prevenção é o melhor critério para a definição do juízo competente? Em caso de reunião de causas para produção de provas, não será mais interessante verificar, caso a caso, o juízo que melhor poderá garantir a adequada produção da prova? É por isso que se defende, com acerto, que essas e outras previsões inovadoras do Código de Processo Civil de 2015 deveriam vir acompanhadas de regras diferenciadas também para a definição de competências, em especial possibilitando sua definição à luz do caso concreto.” LUNARDI, Thais Amoroso Paschoal. *Coletivização da prova: técnicas de produção coletiva da prova e seus reflexos na esfera individual*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2018

²⁴ NUNES, Dierle. *Precedentes, padronização decisória preventiva e coletivização – paradoxos do sistema jurídico brasileiro: uma abordagem constitucional democrática*. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.) *Direito jurisprudencial*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012, pp. 256-257.

Dessa forma, como ensina Antônio do Passo Cabral, faz sentido a superação de (i) exigência de lei em sentido estrito para dar lugar à possibilidade de estabelecer a competência mediante norma administrativa ou convencional; (ii) competência apenas quando pré-constituída para dar lugar à competência estabelecida mediante previsibilidade; (iii) proibição de conceitos indeterminados para dar lugar à controlabilidade da competência a partir de objetividade, impessoalidade e invariância²⁵.

1.4. Cooperação como dever de colaboração entre os órgãos do Poder Judiciário para eficiência na prestação da tutela jurisdicional

Entende-se a jurisdição como instrumento de resolução jurídica de conflitos sociais, que racionaliza o trabalho a partir da definição de competências. Por ser um sistema, pressupõe-se unidade na elaboração das soluções, o que, por si só, justifica a necessidade de interação entre os órgãos competentes, a fim de que estejam uniformizados²⁶.

Não basta, porém, que os órgãos competentes declarem o direito de forma harmônica. Nada adiantaria se não fosse em tempo razoável, nem se acaso não alcançasse todos aqueles que pleitearam o mesmo direito. Inobstante a resolução jurídica, observar-se-ia, nesse contexto, a marginalização da pacificação social²⁷.

O ordenamento brasileiro sensibiliza-se frente a essas necessidades a começar pela orientação constitucional de unidade da jurisdição e da entrega de tutela jurisdicional eficiente (art. 5º, XXXV, LIII e LXXXXVII c/c art. 37)²⁸. Inclina-se, ainda, para um formato de interação colaborativa, ou seja, uma relação de horizontalidade entre os órgãos

²⁵ CABRAL, Antônio do Passo Cabral. *Juiz natural e eficiência processual: flexibilização, delegação e coordenação de competências no processo civil*. Tese apresentada no concurso de provas e títulos para provimento do cargo de Professor Titular. Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: edição do autor, 2017.

²⁶ “Quando nos perguntamos se um ordenamento jurídico constitui um sistema, nos perguntamos se as normas que o compõem estão num relacionamento de coerência entre si, e em que condições é possível essa relação.” BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 4 ed. Brasília: Ed. UNB, 1994.

²⁷ “A vida em sociedade seria bem pior se os estados pessoais de insatisfação fossem todos fadados a se perpetuar exercendo a jurisdição, oferece com isso a *promessa* de pôr fim a esses estados. Eis então que ele define condutas (licitudes, ilícitudes), acenando com recompensas ou castigos (sanções), além de estabelecer critérios para o acesso aos bens da vida e às situações almejadas.” DINAMARCO, Cândido Rangel Dinamarco. *A instrumentalidade do Processo*. São Paulo: Malheiros. 14ª ed., 2009, p. 189.

²⁸ SCHENK, Leonardo Faria. Da Cooperação Nacional. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR, Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

do Poder Judiciário nacional (res. nº 38, 70 e 125 do CNJ c/c art. 67 ao 69 do CPC), tratando-se de cooperação como gestão coletiva de processos e de conflitos, que se preocupa com o diálogo harmônico entre os órgãos julgadores²⁹.

Atualmente, além das cartas precatória, rogatória e de ordem, o ordenamento processual fornece outros mecanismos de cooperação tendentes à flexibilização da burocracia – pautando-se menos nas formalidades e mais nos resultados (art. 69, *caput*, do CPC), como, por exemplo, auxílio direto, reunião ou apensamento de processos, prestação de informações, atos concertados entre os juízes cooperantes etc.

A estrutura processual brasileira orienta-se para a composição de conflitos a partir da interação entre os órgãos competentes, utilizando-se de meios desburocratizados para realização de atos processuais, os quais adequam-se à eficiência e à proteção de garantias fundamentais, na busca por pacificação social³⁰.

1.5. Conclusão parcial

O sistema de competências brasileiro, na legislação e na prática, tem modificado a forma de compreensão do princípio do juiz natural. Se, tradicionalmente, entendia-se que o juiz natural seria o juiz legal ou pré-definido competente na lei formal, que se estabilizava a partir da distribuição da demanda e que, em caso de conexão, regia-se pela regra de prevenção; observa-se, atualmente, um movimento no sentido de permitir que o juiz natural seja aquele definido a partir das circunstâncias concretas de cada caso ou de

²⁹ “A cooperação judicial, ou seja, entre os magistrados, então, se entrelaça com o princípio da cooperação processual, já mencionado acima, pois estabelece ser dever de todos os sujeitos do processo cooperarem entre si, devendo, portanto, o juiz cooperar com as partes e advogados, e estes com o juiz, mas também, o juiz cooperar com outros juízes. Na legislação brasileira, consagra-se o princípio da cooperação judiciária nacional a partir dos arts. 67 a 69 do CPC, estabelecendo a possibilidade dos juízes formularem um ao outro, pedidos de cooperação que prescindem de forma específica, para a prática de qualquer ato processual, a fim de que o processo alcance a desejada efetividade”. LAGRASTA, Valéria Ferioli. *Sistema de gestão judiciária e gerenciamento de processos*. Disponível em: http://www.adambrasil.com/wp-content/uploads/2017/06/sistema_gestaojudiciaria_gerenciamento_processo.pdf, acesso em: 20.07.2020.

³⁰ “A gestão coletiva é importante, pois o objetivo principal do Poder Judiciário é a eficiência da prestação jurisdicional e, para tanto, necessário que haja preocupação não apenas com estatísticas, mas também e principalmente, com dados concretos que permitam um diagnóstico das zonas de estrangulamento do sistema e das causas dos conflitos, o que apenas pode ser obtido com a colaboração e participação de todos os juízes e demais atores do processo; sendo que, a partir desse diagnóstico, é que podem ser delineadas estratégias de combate à morosidade e ineficiência do sistema judicial (Planejamento Estratégico do Poder Judiciário).” LAGRASTA, Valéria Ferioli. *Sistema de gestão judiciária e gerenciamento de processos*.

conjunto de casos, mesmo após a distribuição das demandas, a partir de um critério de eficiência.

2. COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL COMO INSTRUMENTO DE FLEXIBILIZAÇÃO DA COMPETÊNCIA

2.1. Considerações iniciais

Como se pode perceber até este momento, tradicionalmente, o princípio do juiz natural, do ponto de vista objetivo, não se encaixa adequadamente na atual realidade do Poder Judiciário, motivo pelo qual preza-se pela criação de novos mecanismos eficientes para definir a competência do juízo, perscrutando uma caminho que não mais questiona apenas “quem deve decidir” mas “quem deve e é melhor para decidir”.

Observou-se também que existem diversas hipóteses de modificação da competência previstas em disposições normativas,³¹ excepcionando o princípio do juiz natural em maior ou menor grau. Cite-se, por exemplo, a federalização dos casos (art. 109, V-A, §5º, CF/88), o incidente de assunção de competência (art. 947, CPC), o julgamento de casos repetitivos (art. 928, CPC), o foro de eleição (art. 63, CPC), a não alegação de incompetência relativa (art. 306, CPC).

Além dessas alternativas, o atual Código de Processo Civil trouxe outra completamente inovadora no capítulo sobre cooperação judiciária (art. 69, §2º, CPC), dispondo sobre a possibilidade de modificação da competência por meio de ato concertado entre juízes cooperantes. Não existem muitas diretrizes sobre o seu funcionamento, de modo que aparentemente o legislador abriu margem para a construção doutrinária e jurisprudencial.

Nesse sentido, passa-se a analisar o instituto da cooperação judiciária, a possibilidade de modificação de competência por meio de ato concertado entre juízes cooperantes e, a partir disso, um formato possível para resolver, em primeira instância, com segurança e eficiência, as causas decorrentes da situação pandêmica pela qual passa o Brasil e o mundo.

³¹ “Rememora-se que a ‘modificação ou a prorrogação de competência ocorre quando se amplia a esfera de competência de um órgão judiciário para conhecer certas causas que não estariam, ordinariamente, compreendidas em suas atribuições jurisdicionais.’” DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual, parte geral e processo de conhecimento*. Salvador: Jus Podivm, 22ª ed., 2020, p. 281.

2.2 Cooperação judiciária nacional: uma caixa de ferramentas para facilitar a comunicação entre os órgãos do Poder Judiciário

A cooperação judiciária nacional, prevista nos arts. 67 ao 69 do CPC, tem por objetivo integrar os órgãos do Poder Judiciário, facilitando a comunicação entre eles, a fim de tornar a prestação jurisdicional mais eficiente. Por isso, trata-se de um complexo de ferramentas facilitadoras da realização de atos processuais. Fredie Didier conceitua o instituto da seguinte forma:

A cooperação judiciária nacional é o completo de instrumentos e atos jurídicos pelos quais os órgãos judiciários brasileiros podem interagir entre si, com tribunais arbitrais ou órgãos administrativos, com o propósito de colaboração para o processamento e/ou julgamento de casos e, de modo mais genérico, para a própria administração da justiça, por meio de compartilhamento ou delegação de competência, prática de atos processuais, centralização de processos, produção de prova comum, gestão de processos e de outras técnicas destinadas ao aprimoramento da prestação jurisdicional no Brasil.³²

No Código de Processo Civil de 1973, a cooperação entre os órgãos somente se referia às cartas, como, por exemplo, a precatória, rogatória, arbitral ou de ordem. As cartas, porém, dependem de diversas formalidades e por esse motivo não são muito utilizadas.

No art. 13, §2º, da Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre o procedimento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, sensibilizou-se sobre a interação dos juízos e, ao invés de se manter nos formatos tradicionais, flexibilizou-se para que os instrumentos e os atos processuais fossem livres de formalidades. Em outras palavras, fixou-se a atipicidade das formas no âmbito dos Juizados Especiais, para tornar mais eficiente a comunicação e transferência de atos processuais.

Atendendo aos ditames da eficiência, na Resolução nº 38/2011 do Conselho Nacional de Justiça, dispôs-se sobre atipicidade das formas para todos os procedimentos, ou seja, tanto para o procedimento ordinário, quanto para o procedimento especial. Além do mais, dispôs-se sobre a criação de núcleos de cooperação e sobre a criação do Juiz de

³² DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual, parte geral e processo de conhecimento*. Salvador: Jus Podivm, 22ª ed., 2020, p. 331.

Cooperação. Em tudo, voltou-se os olhos para eficiência da comunicação entre os órgãos judiciários.

Diante desse arcabouço histórico, em 2015, sustentando-se praticamente na Resolução do CNJ, o Código de Processo Civil dispôs a respeito da cooperação judiciária de maneira abrangente e pautada, em especial, na atipicidade das formas. A ideia de integração dos órgãos judiciários superou o tratamento exclusivamente por cartas, que, embora continuem existindo, são apenas espécie de um gênero que congrega outros instrumentos.

Se, de um lado, felizmente, o Código de Processo Civil filiou-se à construção de um modelo cooperativo de organização judiciária, observa-se, por outro lado, a inexistência de sistematização nas disposições normativas que tratam a respeito do tema. Nesse sentido, tem-se buscado doutrinariamente pela sistematização do instituto, a fim de torná-lo racionalmente efetivo.

Em consonância com o modelo proposto por Fredie Didier, expõe-se a sua forma de sistematização. Segundo o autor, a Cooperação Judiciária desenvolve-se a partir de três principais elementos: tipos, instrumentos e atos.

Os tipos identificam a origem da cooperação judiciária, podendo ser na forma de solicitação, delegação ou concertação. Na forma de solicitação, trata-se de um pedido simples, como, por exemplo, um órgão pedir a outro a realização de um ato processual. Na forma de delegação, trata-se de um órgão hierarquicamente superior determinar (ou transferir a competência para) que órgão hierarquicamente inferior realize um ato processual. Por fim, na forma de concertação, trata-se de um acordo entre órgãos para realização de determinado ato processual.

Os instrumentos são os mecanismos utilizados para viabilizar a comunicação entre os órgãos judiciários. Atualmente, as cartas encontram-se entre os instrumentos exatamente por servirem de veículo de informação. No entanto, além das cartas, tendo em vista a atipicidade das formas, nada impede a utilização de outros meios de comunicação mais eficientes, como, por exemplo, o WhatsApp.³³

³³ Nesse caso, por exemplo, nos moldes da Resolução do CNJ, “As intimações por WhatsApp serão enviadas a partir de aparelho de telefonia móvel destinado à secretaria da unidade judiciária exclusivamente para esse fim”. No ato de intimação, o servidor responsável encaminhará, via WhatsApp, a imagem do pronunciamento judicial (despacho, decisão ou sentença) com a identificação do processo e das partes. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/whatsapp-tribunal-amplia-uso-do-aplicativo-para-intimacoes-no-para/>>. Acesso em 26 de julho de 2020.

Os atos são o objeto da cooperação judiciária, sendo exatamente o que se pretende realizar por meio da cooperação. Não existem limites para o que pode ser objeto da cooperação judiciária. Nos incisos do art. 69 do CPC, o legislador expôs um rol exemplificativo, que, a despeito da confusão entre instrumentos e atos, traz algumas referências do que pode ser objeto de cooperação.

De forma prática, seguindo o modelo aqui exposto, Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão exemplifica a estrutura, passando pelos três elementos, como se pode ver a seguir:

Essa organização ajuda a tornar mais simples a compreensão e a aplicação da cooperação. A ideia é definir, respectivamente, qual sua origem, por qual meio se desenvolve e do que ela trata. Assim, por exemplo, a cooperação pode ser deflagrada por um pedido (tipo), por meio de auxílio direto (instrumento) para tratar de intimação de partes (ato), ou então pode originar-se de um concerto entre os juízes (tipo), por meio de reunião de processos (instrumento) para centralizar processos repetitivos (ato). Em princípio, é possível qualquer combinação entre esses elementos, embora alguns arranjos mostrem-se mais harmônicos.³⁴

Ademais, especificamente quanto à concertação, os incisos do art. 69, §2º, do CPC, exemplificam as possibilidades de objeto de acordo entre juízes cooperantes, como, por exemplo, (i) a prática de citação, intimação ou notificação de ato; (ii) a obtenção e apresentação de provas e a coleta de depoimentos; (iii) a efetivação da tutela provisória; (iv) a efetivação de medidas e de providências para recuperação e preservação de empresas; (v) a facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial; (vi) a centralização de processos repetitivos, dentre outros.

Diante disso, alguns autores sustentam que apenas atos administrativos seriam viáveis para concertação³⁵. No entanto, com razão, outros autores apontam que o rol exemplificativo não tem o condão de limitar o que pode ou não ser objeto de acordo, de modo que, além de atos administrativos, seria igualmente possível a concertação para

³⁴ ARAGÃO, Nilsiton Rodrigues de Andrade. *Potencialidades e limites da cooperação judiciária nacional*. Civil Procedure Review – Ab Omnibus Pro Omnibus, 2020, p. 35.

³⁵ AVELINO, Murilo Teixeira. *Breves comentários à cooperação judiciária nacional no Código de Processo Civil*, Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco, Recife: 2015, p. 191. Em concordância, CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. *A centralização de processos como etapa necessária do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. Tese de doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2017.

transferência de atos decisórios³⁶. Além do mais, e principalmente, nos termos do art. 68 do CPC, prevê-se que “os juízos poderão formular entre si pedido de cooperação para prática de qualquer ato processual”.

2.3 Cooperação judiciária nacional: a possibilidade de concertação entre juízes cooperantes para modificação da competência, nos moldes do art. 69, §2º, VI, do CPC

Como se destacou, a cooperação judiciária nacional abre espaço para concertação entre juízes cooperantes para a prática de qualquer ato processual, inclusive atos decisórios. Dentre os exemplos do legislador, observou-se a possibilidade de centralização de processos repetitivos a partir de ato de concertação, conforme art. 69, §2º, VI, do CPC.

Dito de outra forma, abriu-se margem para a possibilidade de modificação da competência em massa mediante acordo entre juízes, o que converge exatamente com a ideia de entregar ao juízo competente mais eficiente a oportunidade de decidir uma questão comum a todos os processos ajuizados no Poder Judiciário. Por esse motivo, tem-se entendido como mais um instrumento do microsistema de repetitivos.

Como a sistematização do instituto ficou às custas da doutrina e da jurisprudência, observa-se, atualmente, que o debate doutrinário busca compreender em que medida há a possibilidade de se falar em centralização de processos repetitivos, tendo em vista o universo de hipóteses de agregação de demandas previsto no Código.

Nesse contexto, Antônio do Passo Cabral entende que a centralização de processos repetitivos é aplicável em duas hipóteses: (i) quando inaplicável o sistema de demandas repetitivas; (ii) quando inconveniente o sistema de demandas repetitivas. Do ponto de vista da inaplicabilidade, fala-se sobre a agregação de demandas ligadas por questões fáticas idênticas ou semelhantes. Do ponto de vista da inconveniência, defende-se que,

³⁶ FERREIRA, Maria Gabriela Silva Campos. *O compartilhamento de competências e os atos processuais concertados entre juízes*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, 2019. Ademais, como Pedro Fernandes acertadamente afirma, “em síntese, há que se rejeitar com firmeza a aversão em tese à cooperação de atos decisórios, que culminaria num provável engessamento contraproducente do instituto. Isso não significa, no entanto, a não subordinação da Cooperação Nacional às regras de competência e ao princípio do juiz natural. Ao contrário, é imprescindível a compatibilização com a garantia ao juiz natural e o respeito às regras de competência, porém em suas dimensões contemporâneas, as quais perpassam pela maior adequação concreta do julgador à causa, conforme será apresentado nos tópicos subsequentes”. ROHENKOHL, Pedro Fernandes. *Cooperação Judiciária Nacional e preservação de empresas: uma análise do art. 69, §2º, IV, do CPC. 2019*. Monografia (Graduação). Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2019.

em demandas repetitivas que precisam de resposta rápida e urgente, em vez de aplicar o incidente de demandas repetitivas dependente de determinadas exigências, como, por exemplo, suspensão de todos os processos que versam sobre questões idênticas ou semelhantes, faz-se uso da centralização de processos repetitivos, que, nesse caso, é mais flexível.

De outra forma, Ricardo Menezes da Silva afirma que a centralização de processos repetitivos pode ser utilizada para conexão de demandas que versam sobre questões fáticas semelhantes ou idênticas, mas que não se assemelham em todos os seus elementos, a fim de impedir decisões conflitantes ou contraditórias, o que dá sentido e efetividade ao art. 55, §3º, do CPC. Ademais, alguns entendem que o instrumento da cooperação judiciária fala sobre centralização de processos repetitivos exclusivamente para realização de atos instrutórios, quando existirem questões fáticas idênticas ou semelhantes.

De fato, o instituto permite todas as interpretações acima definidas. No entanto, ao invés de escolher uma só delas, parece mais interessante entendê-las todas como hipóteses de aplicação possíveis. O termo processo repetitivo não se confunde com o instituto da conexão ou das demandas repetitivas e, pelo que se percebe, além de abranger questões de direito, tem primordialmente a ideia de servir como instrumento para agregação de demandas em razão de questões fáticas comuns.

Nesse sentido, portanto, para compreender os limites da centralização de processos repetitivos, importa ressaltar que o termo “processos repetitivos” sugere tanto a agregação de demandas em razão de questões de direito, quanto a agregação de demandas em razão de questões de fato.

Diferentemente dos outros institutos voltados à congregação de demandas, porém, apenas a Cooperação Judiciária Nacional permite eficiente comunicação entre os juízos de primeira instância, permitindo coordenação e coerência seja na parte instrutória, seja na parte decisória. Ao que tudo indica, a forma abrangente que se colocou o instituto tem por objetivo permitir que as decisões em primeiro grau de jurisdição alcancem robustez coordenada, coerente e segura, o que, de fato, pode evitar ou reduzir o problema de divergência jurisprudencial³⁷.

³⁷ “É necessário, portanto, abandonar o pensamento ultrapassado de que os dirigentes do Judiciário, que ocupam seus órgãos de cúpula, são capazes de tomar decisões administrativas, desvinculadas da realidade

Com efeito, observando-se o disposto no art. 69, §2º, VI, do CPC, tem-se a oportunidade de congregiar demandas que versem sobre questões fáticas ou jurídicas semelhantes ou idênticas, a fim de que todas elas sejam instruídas e decididas de forma coordenada, coerente e estável, a partir da faculdade de gestão de processos repetitivos fornecida ao Poder Judiciário e, em especial, à primeira instância.

3. FORMAS DE FLEXIBILIZAÇÃO DA COMPETÊNCIA POR MEIO DA COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL

O ato concertado entre juízes cooperantes para centralizar os processos repetitivos pode ser embasado em questões de fato ou de direito comuns a todos os processos, motivo pelo qual há diversas possibilidades de agregação de demandas. Tal circunstância permite que tanto a fundamentação, quanto a própria tomada de decisão estejam uniformizadas em todos os casos semelhantes ou idênticos.

Do ponto de vista das questões de fato comuns a todos os processos, pode-se levar em consideração, especialmente, a centralização das causas para produção de provas de forma coletiva. Há uma série de vantagens, como, por exemplo, a divisão de custos referentes à produção de prova entre todas as partes envolvidas. Nesse sentido, voltam-se os olhos para o *multidistrict litigation* norte-americano, que, exatamente, serve como instrumento agregador de demandas para produção conjunta de provas³⁸.

Do ponto de vista das questões de direito comuns a todos os processos, pode-se centralizar os processos repetitivos a fim de que um só juízo venha firmar a tese jurídica que deverá ser observada por todos os outros juízes cooperantes. Em outras palavras, pode-se falar numa espécie de incidente de demandas repetitivas na primeira instância, baseado na concertação de juízes cooperantes. A vantagem principal é a segurança de que as demandas idênticas ou semelhantes, distribuídas entre os juízes cooperantes, receberão a mesma solução jurídica.

vivida pela primeira instância e, conseqüentemente, os únicos responsáveis pelo direcionamento do Judiciário e, muitas vezes, pela sua ineficiência.” LAGRASTA, Valéria Ferioli. *Sistema de gestão judiciária e gerenciamento de processos*.

³⁸ III, Emery & Williams, Margaret & Nagareda, Richard & Cecil, Joe & Willging, Thomas & Scott, Kevin. (2010). The Expanding Role of Multidistrict Consolidation in Federal Civil Litigation: An Empirical Investigation. SSRN Electronic Journal. 10.2139/ssrn.1443375.

Em qualquer uma das opções, existe a necessidade de saber como centralizar os processos repetitivos: deslocam-se todas as demandas para um só juízo ou desloca-se apenas a competência para decidir para um só juízo?

3.1. Ato concertado entre juízes cooperantes para concentrar demandas semelhantes num só juízo

Diante da possibilidade de atos processuais comuns em diversos processos, não faz sentido a realização repetitiva dos mesmos atos em cada um deles individualmente. Se é possível realiza-los de uma só vez, aproveitando-os a todos os demais processos, tanto melhor do que o retrabalho. Uma das formas de realização dos atos comuns parece ser a congregação física de todas as demandas num só juízo por meio de ato concertado entre juízes cooperantes.

Tal congregação parece fazer sentido quando se observam fatos idênticos ou semelhantes em vários processos que tramitam no Poder Judiciário. Isso porque permite ao juízo centralizador organizar adequadamente a produção de provas relativas aos referidos fatos, valorando-os isonomicamente para todos os processos agregados³⁹. Essa situação evita a produção de diferentes provas em relação ao mesmo fato, o que, em maior ou menor grau, pode prejudicar a prestação jurisdicional.

No entanto, tratando-se exclusivamente da produção de provas para determinado fato comum convergente em diversas demandas, é bem verdade, não parece necessária a concentração física das demandas em um só juízo. Nesse sentido, como ensina Thais Amoroso Paschoal

A reunião física dos processos mostra-se absolutamente desnecessária. Basta que se determine a produção da prova em um dos processos, com intimação das partes do outro para que participem normalmente de sua produção. Trata-se, no caso, de prejudicialidade, aplicando-se por

³⁹ “A prova terá por objeto a solução dessa única questão comum, independentemente da existência de outras que fundamentem as pretensões individualmente formuladas em cada caso. Significa dizer que mesmo que haja questões de fato individuais comuns a pequenos grupos ou mesmo a um único sujeito, não se afastará a possibilidade de produção coletiva da prova do fato comum, possibilitando o melhor aproveitamento possível do procedimento. Quando, porém, o número de questões individuais tornar inviável a coletivização, por implicar a análise de muitos fatos que interessam apenas a alguns poucos indivíduos, não haverá fundamento para produção coletiva da prova. A situação é diversa nos casos em que houver determinados subgrupos que, dentro da coletividade ligada pela questão comum, apresentem questões também comuns relacionadas à questão fática principal, não havendo razão para não se permitir que a produção da prova tenha todas elas por objeto.” LUNARDI, Thais Amoroso Paschoal. *Coletivização da prova: técnicas de produção coletiva da prova e seus reflexos na esfera individual*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2018

analogia a regra prevista no art. 313, V, b do CPC, que determina a suspensão do processo quando a sentença “tiver de ser proferida somente após a verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada a outro juízo.”⁴⁰

Não se pode negar, porém, que o juízo que centraliza todas as demandas tem maior familiaridade com o caso, sendo, por esse motivo, muito mais proveitoso se todas as causas fossem nele fisicamente concentradas, permitindo-o, inclusive, ter maior sensibilidade para compreender – caso existam – outras questões específicas de cada demanda.

Nesse contexto, parece relevante observar que é vantajosa a centralização física dos processos repetitivos, quando demandas versarem sobre questões idênticas ou semelhantes, não apenas para a produção uniforme das provas, mas também para a tomada de decisão do mérito propriamente dito. O juízo pode organizar os processos, convocar audiências, unificar a produção de prova, propor calendário processual e, finalmente, alcançar a resposta jurídica adequada⁴¹.

Como se pode perceber, embora nem sempre faça sentido agregar fisicamente as demandas, há também a possibilidade de fazer uso dessa espécie de agregação para que o juízo definido não só analise as questões de fato, organize as provas, mas também identifique as questões de direito e julgue todas as demandas.

3.2. Ato concertado entre juízes cooperantes para que a decisão do juízo definido vincule a todos os outros

⁴⁰ “Essa agregação pode viabilizar a reunião de processos em trâmite perante o mesmo Juízo ou Juízos distintos para produção de prova comum. Nesse caso, a concertação será determinada pelo(s) próprio(s) Juízes em diálogo com as partes. A prova poderá ser produzida em qualquer um deles, observando-se as regras de prevenção, com participação das partes. A reunião física dos processos mostra-se absolutamente desnecessária. Basta que se determine a produção da prova em um dos processos, com intimação das partes do outro para que participem normalmente de sua produção. Trata-se, no caso, de prejudicialidade, aplicando-se por analogia a regra prevista no art. 313, V, b do CPC, que determina a suspensão do processo quando a sentença “tiver de ser proferida somente após a verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada a outro juízo”. Após essa produção, a prova será utilizada em todos os casos, recebendo a devida valoração, a depender da qualificação jurídica atribuída em cada demanda e das respectivas pretensões.” LUNARDI, Thais Amoroso Paschoal. *Coletivização da prova: técnicas de produção coletiva da prova e seus reflexos na esfera individual*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2018

⁴¹ CABRAL, Antonio do Passo Cabral. *Juiz natural e eficiência processual: flexibilização, delegação e coordenação de competências no processo civil*. Tese apresentada no concurso de provas e títulos para provimento do cargo de Professor Titular. Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: edição do autor, 2017.

Após o caminho percorrido até a presente epígrafe, uma importante premissa já está assentada: a de que o princípio do juiz natural, mesmo que adotando a sua concepção mais hígida e clássica, não é violado a partir da realização dos atos concertados previamente mencionados.

E sabendo que não há incompatibilidade entre os atos concertados e o núcleo essencial de certos pressupostos processuais⁴², é possível se falar, também, para além de uma reunião de demandas faticamente semelhantes em um só juízo, em uma criação de sistema de precedentes, ainda que em primeira instância, que versem sobre as mesmas questões de direito

Significa dizer que os atos concertados em primeira instância não se limitariam apenas à reunião das demandas com similaridade fática, mas também abrangeria a própria decisão em si, ou seja, um único juízo seria o responsável, após concentrados todos os processos — ou, no mínimo, suspensos os que tramitam em outra vara —, por julgar a demanda.

Encampano tal tese, é exatamente essa a linha proposta por Gabriela Macedo, que defende a possibilidade, por meio de convenção entre juízes de primeiro grau, de formação de um sistema de precedentes na primeira instância — que encontraria amparo normativo na cláusula geral de atipicidade dos atos de cooperação, nos termos do artigo 69, §2º, do CPC.⁴³

A discussão, apesar de inicialmente parecer abstrata, possui evidentes aplicações práticas. Basta imaginar a replicação do instituto do IRDR para a primeira instância.

Inicialmente, entendemos que a instauração, que à princípio depende de impulso oficial do juízo, poderia não somente se dar via convenção entre os operadores do direito, mas também por meio de requerimento das partes, tendo em vista o interesse

⁴² Nesse diapasão, disserta Gabriela Macedo Ferreira que as próprias modificações pelas quais o Direito Processual Civil tem passado implicam em uma ressignificação do que se entende por juiz natural, o que não significa uma violação ao seu núcleo essencial. FERREIRA, Gabriela Macedo. *O ato concertado entre juízes cooperantes: esboço de uma teoria para o Direito Brasileiro*. Civil Procedure Review – Ab Omnibus Pro Omnibus, 2019, p. 17.

⁴³ Afirmar a autora: “Com base no art. 69, § 2º que traz cláusula geral de atipicidade dos atos de concertação entre juízos cooperantes, entendemos pela possibilidade de alteração de competência independentemente de previsão legal específica e da prévia fixação legal do juízo competente. O dispositivo inédito prevê essa maior liberdade na prática de atos processuais e para ser mais efetivo não traz regras pré-determinadas para sua realização.” FERREIRA, Gabriela Macedo. *O ato concertado entre juízes cooperantes: esboço de uma teoria para o Direito Brasileiro*. Civil Procedure Review – Ab Omnibus Pro Omnibus, 2019, p. 43.

sinalagmático existente entre o juízo e os litigantes para solucionar o processo e o que disposto nos artigos 10 e 977 do CPC.⁴⁴

Em sequência, para analisar o cabimento da instauração desse sistema de precedentes em primeira instância, a mesma sistemática do IRDR poderia ser aplicada, de modo a observar (i) se há efetiva repetição das mesmas questões de direito em processos distintos; e (ii) se há um efeito risco à segurança jurídica e isonomia.

Se cabível, os efeitos também se apresentam como os mesmos, com a diferença que seria possível ou sobrestar todos os processos até julgamento da questão de direito, ou concentrar em um único juízo. Nos parece mais razoável, nos termos do que já acontece com o IRDR, a suspensão das demandas para, posteriormente, existir a replicação.

Sobre a escolha do juízo responsável por analisar as demandas de maneira concentrada, em que pese exista a possibilidade de enviar para a vara preventa, parece ser mais interessante, de acordo com o que proposto no presente artigo, a observância de critérios objetivos^{45,46}, afinal, “*o juiz natural deve ser visto como aquele que possui maior capacitação para decidir a matéria*”.⁴⁷

E nessa temática, vale mencionar que a escolha de um juízo mais bem capacitado poderia, inclusive, propiciar um espaço mais adequado para a própria manifestação das partes. Ora, se há um juízo com mais recursos, por exemplo, e isso permite que as partes

⁴⁴ PASSOS, Isadora. *Centralização de processos e cooperação judiciária: terceiro mecanismo de resolução de casos repetitivos*. Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2019, p. 102.

⁴⁵ Que conforme já apontados anteriormente, a lume do que proposto por Antonio do Passo Cabral, trariam potencialmente mais eficiência ao desenvolvimento processual, como por exemplo ao selecionar uma vara mais bem capacitada e especializada que tenha a estrutura para prestar a jurisdição de maneira mais minuciosa.

⁴⁶ É também o que defende Gabriela Macedo: “*A alteração de competência realizada por ato de concertação entre juízes cooperantes não deve observar a regra de prevenção, mas a regra de eficiência*” FERREIRA, Gabriela Macedo. *O ato concertado entre juízes cooperantes: esboço de uma teoria para o Direito Brasileiro*. Civil Procedure Review – Ab Omnibus Pro Omnibus, 2019, p. 44.

⁴⁷ FERREIRA, Gabriela Macedo. *O ato concertado entre juízes cooperantes: esboço de uma teoria para o Direito Brasileiro*. Civil Procedure Review – Ab Omnibus Pro Omnibus, 2019, p. 43.

Na mesma linha, a autora expõe que “*A atribuição de competência a um dos juízes que atua na vara – titular ou substituto – para tratar de determinado tipo de demanda sobre o mesmo tema (desapropriação sobre áreas privadas para construção de uma estrada, por exemplo) torna a decisão mais rápida e qualificada ante a especialização e aprofundamento do magistrado no tema, tanto nas questões jurídicas quanto fáticas. Ainda que não chegue a se caracterizar como processos repetitivos por envolverem também controvérsias fáticas peculiares em cada processo, a medida impede decisões em sentidos diferentes, dando coerência e estabilidade ao sistema.*” FERREIRA, Gabriela Macedo. *O ato concertado entre juízes cooperantes: esboço de uma teoria para o Direito Brasileiro*. Civil Procedure Review – Ab Omnibus Pro Omnibus, 2019, p. 18.

tenham mais espaço para serem ouvidas — como por exemplo por meio de audiências públicas —, isso propiciaria um arcabouço mais completo que auxiliaria na própria análise da demanda, assim como afastaria qualquer argumento no sentido de que a concentração poderia violar a devida participação das partes nos litígios.

Por fim, concentrada a tese a ser firmada em um único juízo, espera-se que a decisão tomada por este seja replicada para os demais processos que versem sobre a mesma situação, ainda que localizados em outra vara, propiciando um sistema de precedentes, nos moldes do IRDR, mas em primeira instância.

Isso faria com que a segurança jurídica e uniformidade das decisões sejam construídas desde a primeira movimentação do aparato judicial do Estado, não sendo necessário que se aguarde uma manifestação de um órgão colegiado de um Tribunal para que as mesmas demandas sejam definidas com as mesmas balizas — como ocorre com o IRDR.

4. COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL COMO INSTRUMENTO PARA AGREGAÇÃO DE DEMANDAS DECORRENTES DA CRISE DE SAÚDE CAUSADA PELA COVID-19

No início do ano, deflagrou-se uma epidemia na China causada por um vírus da família Corona, até então desconhecido, o qual se mostrou potencialmente letal à espécie humana. Isso porque, após o contágio pelo vírus (SARS-CoV-2), o desenvolvimento da doença (Covid-19), dentre outras complicações, leva a Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAG).

Em razão da inexistência de vacina, a medida imediata para conter a proliferação do vírus tem sido a suspensão das atividades comuns, como, por exemplo, o funcionamento do mercado e da circulação livre de pessoas pelas ruas, mantendo as cidades em quarentena. Consequência disso, estipulam que a suspensão da economia equivalerá (ou superará) a crise econômica de 2008.

A preocupação com a quantidade de litígios decorrentes da crise do Covid-19 deve ser compreendida a partir da realidade vivenciada pelo Poder Judiciário. É indiscutível que o atual cenário brasileiro revela-se congestionado mesmo antes da crise, assim como tem se deparado com diversos casos de divergência jurisprudencial alarmantes, motivo

pelo qual costuma-se dizer que o sistema jurídico brasileiro conta com uma jurisprudência lotérica.

Nesse contexto, no mercado imobiliário, observam-se diversas discussões sobre a necessidade de remodelação nos contratos de aluguel comercial. Isso porque os locatários, normalmente, a partir da atividade comercial levantam os valores correspondentes ao pagamento do aluguel. No entanto, diante da forçosa e necessária suspensão do comércio, é bem óbvio que a consequência é a falta de recursos financeiros para adimplir com a obrigação.

A notícia de suspensão das atividades comerciais, naturalmente, elevou as expectativas em relação aos inúmeros ajuizamentos de demanda relacionados à necessidade de modificação contratual durante o período. A realidade não deixou a desejar, nesse sentido, e, de fato, ficou perceptível que diversas demandas sobre a mesma temática alcançaram o Poder Judiciário. Destacou-se, especialmente, duas demandas que já passaram pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, conforme se pode ver a seguir:

Nº Processo	Questão fática	Questão Jurídica	Decisão
0709038-25.2020.8.07.0001 (25ª Vara Cível de Brasília)	Suspensão ou revisão de contrato de locação comercial em razão de restrições e impactos gerados pela pandemia da COVID-19.	Fato imprevisível e superveniente. Possível aplicação do artigo 317 do Código Civil para revisão do valor da prestação por suposta desproporcionalidade da entre o valor da prestação e o memento vivenciado.	<i>“DEFIRO em parte o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para suspender parte do contrato de locação entre as partes (cláusula do aluguel mínimo e do fundo de promoção e propaganda), mantendo-se em pleno vigor as demais disposições contratuais. A empresa autora deverá continuar a adimplir o aluguel percentual sobre o faturamento e os encargos condominiais até ulterior decisão judicial.”</i>
0711806-21.2020.8.07.0001 (22ª Vara Cível de Brasília)	Suspensão ou revisão de contrato de locação comercial em razão de restrições e impactos gerados pela pandemia da COVID-19.	Fato imprevisível e superveniente. Possível aplicação do artigo 317 do Código Civil para revisão do valor da prestação por suposta desproporcionalidade da entre o valor da prestação e o memento vivenciado.	<i>“DEFIRO, em parte, a tutela liminar de urgência, o que faço na forma do permissivo do artigo 300 do CPC, para limitar, ao patamar de 25% (vinte e cinco por cento) do valor vigente, o aluguel mensal, devido pela autora, até que sobrevenha a cessação do ato que determinou a suspensão das suas atividades empresariais.”</i>

A exemplificação das duas demandas é uma redução de uma tabela que conta com diversos outros casos, conforme pode ser observado no apenso deste trabalho. O ponto

nodal da tabela acima destacada, todavia, serve para evidenciar como seria possível, na prática, aplicar os atos concertados anteriormente apresentados.

O que se nota é que diversas demandas relacionadas ao mercado imobiliário, impactado pela crise pandêmica, chegaram para análise da jurisdição estatal. E malgrado tais demandas envolvam partes diversas, ficou bem nítido que elas possuem não só questões fáticas similares, como também questões de direito.

Ora, da leitura dos casos acima destacados — distribuídos para diferentes varas —, vislumbra-se que ambos abarcam a mesma questão fática, ou seja, a necessidade de que sejam revisitados os aluguéis comerciais diante dos impactos da pandemia da COVID-19.

Nessa senda, considerando que a questão meritória das demandas possui evidente convergência, a realização de atos concertados para um desenvolvimento processual mais eficiente seria amplamente possível, como por exemplo a reunião em um só juízo.

Mas mais do que isso: também é possível observar que ambas tratam da mesma questão de direito, no qual as decisões valeram-se, inclusive, do mesmo dispositivo normativo como fundamento (artigo 317 do Código Civil) para analisar a viabilidade ou não, dada a onerosidade excessiva, de uma revisão ou até suspensão contratual.

Todavia, percebe-se que, apesar de todas as semelhanças fáticas e de direito, os resultados foram distintos.

Eis aqui, por conseguinte, uma evidência, ainda que em escalas baixas, da importância de se discutir e tornar mais madura a aplicação de atos concertados, principalmente em primeira instância, utilizando-se da cooperação judicial para trazer não só mais eficiência para o devido andamento processual, mas também mais segurança e estabilidade logo na primeira análise.

Significa dizer, na prática, que para além das possibilidades de realização de atos concertados levando em conta a similaridade fática, seria possível também aplicar os atos levando em conta a semelhança das questões de direito, valendo-se, por exemplo, da mesma sistemática do IRDR, mas em primeira instância, conforme já aduzido anteriormente.

Diante desse contexto, viável imaginar que haveria a possibilidade ou de congregar as demandas de maneira física (o que por si só já auxiliaria para a prática de certos atos concertados) ou de maneira virtual, de modo que, nesta última hipótese, todos

os processos tramitando em outras varas seriam sobrestados até que a questão de direito seja satisfeita por um só juízo e, posteriormente, replicada para os demais.

Tais hipóteses estariam de acordo, inclusive, com o que disposto no artigo 55, §3º, do CPC, que prevê a possibilidade, ainda que diante de processos que não possuem conexão, de que eles sejam reunidos para julgamento conjunto, de modo a evitar, assim, o risco de decisões conflitantes ou contraditórias.

E como visto, apesar de à princípio não contarem com os mesmos elementos para se tornarem conexos, é inegável que os processos mencionados contam com larga convergência na questão fática e na questão de direito, o que faria, dada a existência de causa de pedir e pedidos semelhantes, ainda que não idênticos, de aplicar a racionalidade da conexão na forma de litisconsórcio multitudinário ulterior.

A mesma teleologia pode ser endereçada para os atos concertados, que, ao reunir em um só juízo ou suspender a tramitação dos demais até assentamento de questão de direito — a partir de um critério objetivo de eficiência —, estaria contribuindo para o aumento nos vasos comunicativos entre os magistrados de primeira instância.

Com efeito, a preocupação que se revela, além de resolver o problema de todos os cidadãos, é a de prestar a jurisdição de forma coerente para todos os casos, cuja situação fática se demonstra semelhante, assim como as questões de direito envolvidas. Notadamente, as questões acima destacadas demonstram a similaridade das questões debatidas tanto do ponto de vista fático, quanto do ponto de vista jurídico.

CONCLUSÃO

O presente trabalho, iniciado a partir de hipóteses processuais envolvendo a cooperação judiciária nacional e a necessidade de que a resposta jurisdicional do Estado seja conferida de maneira eficiente e segura, buscou discutir a possibilidade da prática de atos concertados por juízos de primeira instância para alcançar uma resposta mais adequada do Judiciário.

Para que fossem investigadas as aplicações práticas da cooperação judiciária, entendeu-se que seria preciso, antes, rediscutir o princípio do juiz natural — despindo-se

do clássico entendimento que defende a sua completa rigidez normativa — para permitir a realização de certos atos concertados, como por exemplo a modificação de competência.

Houve uma preocupação, já no início da pesquisa, em analisar se o núcleo fundamental do processo estaria sendo violado, caso houvesse a flexibilização de competência tendo como base a cooperação judiciária nacional.

Nesse diapasão, adotando como norte a proposta de Antonio do Passo Cabral⁴⁸, notou-se que não somente seria possível defender a flexibilização de competência, aplicando a cláusula geral de atipicidade dos atos de cooperação prevista no artigo 69, §2º, do CPC, como também isso poderia trazer uma maior eficiência para o desenvolvimento processual.

Em uma frase, notou-se que não há violação a princípios basilares atinentes ao processo civil decorrente da utilização de atos concertados por juízos de primeira instância.

Fixado tal entendimento, o estudo passou a dissertar sobre como, na prática, os atos seriam praticados. Primeiro, vislumbrou-se que seria possível utilizar a cooperação judiciária para a concentração de processos de primeira instância em um só juízo para a realização de atos processuais, como por exemplo a instrução probatória, de modo que demandas que versem sobre questões idênticas ou semelhantes tenham uma produção uniforme de prova.

Para além disso, notou-se que não só seria viável imaginar a reunião das demandas para prática de atos processuais, como também poderia se falar no próprio julgamento dos processos por um único juízo.

É bem verdade que a reunião de processos em um só juízo para a realização da parte probatória e posterior redistribuição pode não ser suficiente para tornar o processo mais eficiente. Por isso, razoável se pensar que o mesmo juízo que concentre, também possa ser o competente para julgamento.

Todavia, mesmo que assim não se pensasse, observou-se que seria possível replicar a sistemática do IRDR para a primeira instância, de modo que, ainda que não sejam reunidos fisicamente todos os processos em um só juízo para a prática de atos

⁴⁸ CABRAL, Antonio do Passo Cabral. *Juiz natural e eficiência processual: flexibilização, delegação e coordenação de competências no processo civil*. Tese apresentada no concurso de provas e títulos para provimento do cargo de Professor Titular. Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: edição do autor, 2017.

processuais, as demandas que tratam de questão fática e/ou de direito similares sejam sobrestadas até que uma decisão seja proferida. Tal decisão, prolatada por um só juízo escolhido a partir de critérios objetivos, seria replicada pelos demais.

Por fim, sabendo-se que a pandemia causada pela COVID-19 trouxe a lume debates envolvendo questões fáticas e de direito similares, buscou-se exemplificar, à luz de casos julgados pelo TJDF, sobre como a prática de atos concertados entre juízos poderia solucionar as demandas, ainda que distribuídas para diferentes varas, de maneira convergente.

Da leitura dos casos expostos, porém, notou-se que, apesar de tratarem da mesma situação fática e da mesma questão de direito, os resultados foram diversos. Por isso, o presente estudo vislumbrou que seria possível evitar tal discrepância a partir da aplicação da cooperação judiciária nacional.

Malgrado o presente artigo tenha apresentado algumas saídas práticas, observou-se que a discussão processual aqui posta vai muito além. É notório que deve existir um maior amadurecimento sobre a questão, especialmente pelo fato de que a realização de atos concertados pode servir para conferir uma maior eficiência e segurança jurídica às demandas, tão logo a justiça seja acionada em primeira instância.

REFERÊNCIAS

AVELINO, Murilo Teixeira. *Breves comentários à cooperação judiciária nacional no Código de Processo Civil*, Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco, Recife: 2015, p. 191.

BARROSO, Luis Roberto. *Constituição da República Federativa do Brasil Anotada*. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 35.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 4 ed. Brasília: Ed. UNB, 1994.

CABRAL, Antonio do Passo Cabral. *Juiz natural e eficiência processual: flexibilização, delegação e coordenação de competências no processo civil*. Tese apresentada no concurso de provas e títulos para provimento do cargo de Professor Titular. Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: edição do autor, 2017.

CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. *A centralização de processos como etapa necessária do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. Tese de doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2017.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Jurisdição e competência*. 18ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Jurisdição e competência*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

DANTAS, Bruno. SANTOS, Caio Victor Ribeiro. Impactos transnacionais da tutela coletiva norte-americana: como a crise das class actions levou o Brasil a optar pela tutela pluri-individual. In: MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro; PORTO, José Roberto Mello (Coord). *Incidente de resolução de demandas repetitivas*. 1 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2020.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual, parte geral e processo de conhecimento*. Salvador: Jus Podivm, 22ª ed., 2020.

DINAMARCO, Cândido Rangel Dinamarco. *A instrumentalidade do Processo*. São Paulo: Malheiros. 14ª ed., 2009, p. 177.

Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa>

Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/whatsapp-tribunal-amplia-uso-do-aplicativo-para-intimacoes-no-para/>>. Acesso em 26 de julho de 2020.

FERREIRA, Gabriela Macedo. *O ato concertado entre juízes cooperantes: esboço de uma teoria para o Direito Brasileiro*. Civil Procedure Review – Ab Omnibus Pro Omnibus, 2019.

FERREIRA, Maria Gabriela Silva Campos. *O compartilhamento de competências e os atos processuais concertados entre juízes*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

GOMES, Adalmir Oliveira e FREITAS, Maria Eduarda Mendonça de. Correlação entre demanda, quantidade de juízes e desempenho judicial em varas da Justiça Federal no Brasil. Rev. direito GV [online]. 2017, vol.13, n.2 [citado 2020-07-25], pp.567-585. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180824322017000200567&lng=pt&nrm=iso>ISSN 2317-6172. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201722>.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. *Jurisdição e Competência*. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG, [S.l.], n. 38, p. 145-182, fev. 2014. ISSN 1984-1841. Disponível em: <<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1167>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

III, Emery & Williams, Margaret & Nagareda, Richard & Cecil, Joe & Willging, Thomas & Scott, Kevin. (2010). The Expanding Role of Multidistrict Consolidation in Federal Civil Litigation: An Empirical Investigation. SSRN Electronic Journal. 10.2139/ssrn.1443375.

Justiça em Números 2019/Conselho Nacional de Justiça - Brasília: CNJ, 2019.

LAGRASTA, Valéria Ferioli. *Sistema de gestão judiciária e gerenciamento de processos*.

LUNARDI, Thais Amoroso Paschoal. *Coletivização da prova: técnicas de produção coletiva da prova e seus reflexos na esfera individual*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2018

NUNES, Gustavo Henrique Schneider. *Precedentes judiciais vinculantes no novo código de processo civil*. Revista dos Tribunais, vol. 970, 2016.

NUNES, Dierle. *Precedentes, padronização decisória preventiva e coletivização – paradoxos do sistema jurídico brasileiro: uma abordagem constitucional democrática*. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.) Direito jurisprudencial. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012, pp. 256-257.

OLIVEIRA, Paulo Mendes de. *Segurança jurídica e processo: Da rigidez à flexibilização processual*. São Paulo: Thomsom Reuters Brasil, 2018.

OSNA, Gustavo. *Do “ceticismo moderado” ao “panprocessualismo”*: atando as pontas por um processo real. Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Direito das Relações Sociais no Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

PASSOS, Isadora. *Centralização de processos e cooperação judiciária: terceiro mecanismo de resolução de casos repetitivos*. Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2019.

ROHENKOHL, Pedro Fernandes. *Cooperação Judiciária Nacional e preservação de empresas: uma análise do art. 69, §2º, IV, do CPC. 2019*. Monografia (Graduação). Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Curso de Direito Constitucional/ Ingo Wolfgang, Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero*. São Paulo: Saraiva. 7ª ed., 2018, p.825.

SCHENK, Leonardo Faria. Da Cooperação Nacional. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR, Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

TEIXEIRA, Guilherme Puchalski. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: projeções em torno de sua eficiência*. REPRO vol. 251, 2016.

VIANA, Salomão in WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. *Breves comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: RT, 3ª ed., 2016.

VIGORITI, *Garanzie costituzionali del processo civile. Due process of law e art. 24 Costituzione*. Milano, A. Giuffrè, 1970.

ANEXO A			
Processo	Questão fática	Questão de Direito	Decisão
REVISTA CABERNO VIRTUAL 0709038-25.2020.8.07.0001 (25ª Vara Cível de Brasília)	Suspensão ou revisão de contrato de locação comercial em razão de restrições e impactos gerados pela pandemia da COVID-19.	Fato imprevisível e superveniente. Possível aplicação do artigo 317 do Código Civil para revisão do valor da prestação por suposta desproporcionalidade de da entre o valor da prestação e o memento vivenciado.	“ <i>DEFIRO em parte o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para suspender parte do contrato de locação entre as partes (cláusula do aluguel mínimo e do fundo de promoção e propaganda), mantendo-se em pleno vigor as demais disposições contratuais. A empresa autora deverá continuar a adimplir o aluguel percentual sobre o faturamento e os encargos condominiais até ulterior decisão judicial.</i> ”
0711806-21.2020.8.07.0001 (22ª Vara Cível de Brasília)	Suspensão ou revisão de contrato de locação comercial em razão de restrições e impactos gerados pela pandemia da COVID-19.	Fato imprevisível e superveniente. Possível aplicação do artigo 317 do Código Civil para revisão do valor da prestação por suposta desproporcionalidade de da entre o valor da prestação e o memento vivenciado.	“ <i>DEFIRO, em parte, a tutela liminar de urgência, o que faço na forma do permissivo do artigo 300 do CPC, para limitar, ao patamar de 25% (vinte e cinco por cento) do valor vigente, o aluguel mensal, devido pela autora, até que sobrevenha a cessação do ato que determinou a suspensão das suas atividades empresariais.</i> ”
0715219-42.2020.8.07.0001 (5ª Vara Cível de Brasília)	Suspensão ou revisão de contrato de locação comercial em razão de restrições e impactos gerados pela pandemia da COVID-19.	Fato imprevisível e superveniente. Possível aplicação do artigo 317 do Código Civil para revisão do valor da prestação por suposta desproporcionalidade de da entre o valor da prestação e o memento vivenciado.	“ <i>(...) a redução do valor do aluguel mensal na proporção de mais de 65% (sessenta e cinco por cento), que é bastante expressivo, não se apresenta como medida adequada e proporcional, ao mesmo, nesta fase inicial do procedimento, em que não está devidamente caracterizada a situação de dificuldade financeira da autora (...)</i> Com estes fundamentos, <i>INDEFIRO o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada formulado na Inicial.</i> ”
0708089-80.2020.8.07.0007 (1ª Vara Cível de Taguatinga)	Suspensão ou revisão de contrato de locação comercial em razão de restrições e impactos gerados pela pandemia da COVID-19.	Fato imprevisível e superveniente. Possível aplicação do artigo 317 do Código Civil para revisão do valor da prestação por suposta desproporcionalidade de da entre o valor	“ <i>Inicialmente, aprecio o pedido para fixação de valor de aluguel em montante que o autor entende justo, por ter experimentado prejuízos decorrentes das restrições governamentais para evitar a disseminação do vírus responsável pela COVID-19, com fundamento no art. 19 da</i>

		da prestação e o momento vivenciado.	<p><i>Lei 8.245/91, bem como nos artigos 421, 317 e 480, todos do CC.</i></p> <p><i>Pelo exposto, inferido os pedidos formulados”</i></p>
0718407-43.2020.8.07.0001 (14ª Vara Cível de Brasília)	Suspensão ou revisão de contrato de locação comercial em razão de restrições e impactos gerados pela pandemia da COVID-19.	Fato imprevisível e superveniente. Possível aplicação do artigo 317 do Código Civil para revisão do valor da prestação por suposta desproporcionalidade de da entre o valor da prestação e o momento vivenciado.	<p><i>Por causa de fato imprevisível e superveniente verificado, à luz da natureza específica do negócio provido por meio da locação, a onerosidade extrapolaria qualquer álea própria do contrato, a traduzir manifesto desequilíbrio econômico, em circunstância apta a autorizar a revisão do valor da prestação, art. 317 CC, ou mesmo a resolução do contrato, nos termos do art. 479.</i></p> <p><i>Ante o exposto, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de concessão da tutela de urgência para estabelecer alugueis provisórios referentes aos meses de ABRIL, MAIO e JUNHO e seguintes no patamar de 70% (setenta por cento) do valor vigente do aluguel mensal devido pela autora/locatária, até que sobrevenha determinação do Poder Público restabelecendo o funcionamento regular da atividade empresarial da autora, bem como para determinar a suspensão da inscrição do nome da autora no Cadastro de Proteção ao Crédito (SPC/SERASA) e para que não ocorram novas inscrições indevidas, acaso o pagamento seja na forma da presente decisão judicial, sob pena de aplicar multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por cada inscrição indevida até o julgamento de mérito da demanda”</i></p>
0711556-85.2020.8.07.0001 (19ª Vara Cível de Brasília)	Suspensão ou revisão de contrato de locação comercial em razão de restrições e impactos gerados pela pandemia da COVID-19.	Fato imprevisível e superveniente. Possível aplicação do artigo 317 do Código Civil para revisão do valor da prestação por suposta desproporcionalidade	<p><i>A modificação de regras contratuais pela via judicial está expressamente prevista no artigo 317 do Código Civil, “quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o momento de sua execução”. A onerosidade excessiva,</i></p>

		de da entre o valor da prestação e o memento vivenciado.	<p><i>disciplinada pelo artigo 478 do mesmo Código, também permite a revisão do contrato, conquanto a norma trate expressamente apenas da resolução. Afinal, deve ser observado o princípio da preservação dos negócios jurídicos.</i></p> <p><i>Por essas razões, concedo parcialmente a tutela provisória para reduzir em 20% o aluguel, nos moldes propostos pela ré, ou seja, “especificamente no período de 19/03/2020 (data do fechamento) a 12/04/2020, também no aluguel com vencimento em 12/05/2020 e, caso a ordem de suspensão das atividades perdure até junho, também no aluguel com vencimento em 12/06/2020”, ficando mantidas as demais cláusulas”</i></p>
0711230-28.2020.8.07.0001 (2ª Vara Cível de Brasília)	Suspensão ou revisão de contrato de locação comercial em razão de restrições e impactos gerados pela pandemia da COVID-19.	Fato imprevisível e superveniente. Possível aplicação do artigo 317 do Código Civil para revisão do valor da prestação por suposta desproporcionalidade de da entre o valor da prestação e o memento vivenciado.	<p><i>Acerca dos efeitos de um contexto de onerosidade excessiva nos contratos de prestação continuada, dispõem os arts. 478 a 480 do Código Civil. Em apertada síntese, prescreve o legislador que, caso as prestações reciprocamente exigíveis revelem-se excessivamente onerosas para qualquer das partes, “com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis”, poderá o devedor postular a resolução do contrato</i></p> <p><i>Pelo exposto, DEFIRO PARCIALMENTE a pretensão deduzida a título de tutela de urgência para fixar o aluguel mensal no patamar equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) daquele atualmente exigível (Cláusula E, do instrumento de ID 61370074, p. 1)</i></p>